

INFRAESTRUTURA

Governo admite corte menor na conta de luz

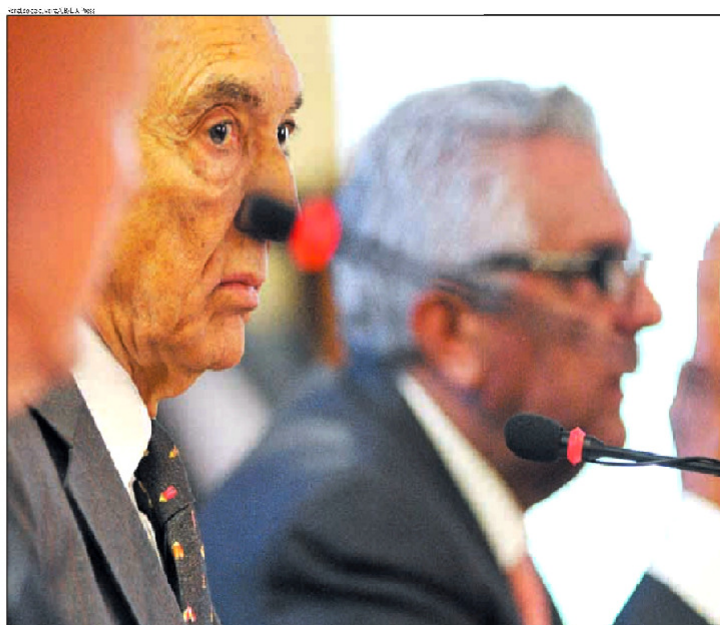
Como o país está recorrendo à energia de usinas térmicas, bem mais caras, para evitar o racionamento, encargo de até 3% terá que ser abatido do desconto médio de 20,2% prometido pela presidente Dilma Rousseff a partir de fevereiro

» SÍLVIO RIBAS

Os consumidores poderão ser obrigados a devolver uma parte do desconto médio de 20,2% na conta de luz, promessa que a presidente Dilma Rousseff afirma que cumprirá a partir de fevereiro. Segundo o ministro de Minas e Energia, Edison Lobão, o fato de o país estar sendo abastecido por energia mais cara, fornecida pelas termelétricas, impactará em até 3% as tarifas ao longo de 2014. Essas usinas estão ligadas a todo vapor para suprir as deficiências das hidrelétricas, cujos reservatórios estão vazios, e evitar um racionamento idêntico ao que ocorreu entre 2001 e 2002, durante a administração de Fernando Henrique Cardoso.

Lobão ressaltou, porém, que o custo adicional de 3% nas contas de luz só será confirmado no pior cenário, de chuvas escassas nos próximos meses. “Por enquanto, não sabemos dizer sequer se haverá esse impacto na tarifa. Esperamos que a atual despesa extra com a geração térmica não seja percebida pelo consumidor”, afirmou ele, logo após o término da esperada reunião do Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico (CMSE). “Vamos reduzir as tarifas em todo o país, com a garantia de recursos do Tesouro Nacional”, assinalou.

Esse encontro de cúpula do setor, que, no entender do governo, serviu para reduzir a tensão que impera no setor elétrico, foi usado pelo ministro para reafirmar que não “há a menor possibilidade” de o Brasil enfrentar novo racionamento de energia. Lobão garantiu que a reunião não foi convocada emergencialmente, por ser rotineira e ter sido agendada em dezembro. “Nenhuma medi-



O ministro de Minas e Energia, Edison Lobão, e o diretor-geral do Operador Nacional do Sistema, Hermes Chipp, garantem que não haverá desabastecimento no país

tada para assegurar segurança de abastecimento. Não negligenciamos com o passado e nem com o futuro”, discursou. “A geração nacional (de energia) vai dobrar em 15 anos”, acrescentou.

Apesar da desconfiança dos agentes econômicos, o Operador Nacional do Sistema (ONS) aposta numa **melhora** do quadro geral do setor energético, com uma evolução favorável da hidrologia a partir do fim de janeiro, o que evitaria a necessidade de manter todas as térmicas funcionando até o fim do ano e anularia os prováveis efeitos negativos sobre as tarifas. O diretor-geral do órgão, Hermes Chipp, estimou que os gastos inesperados no cenário extremo pesariam de 2% a 3% no valor final cobrado dos consumidores.

Contra essa possibilidade, Chipp apontou a expectativa da entrada em operação de novas hidrelétricas e térmicas até março e os ganhos para os reservatórios com a própria atividade das termelétricas. “Temos a usina a carvão da MPX, em Pecém, a da Petrobras em Suape e as unidades de Maranhão IV e V”, listou. Segundo ele, à medida que o nível dos reservatórios for sendo recomposto, as térmicas de reforço serão desligadas gradualmente, começando pelas que usam combustível mais caro (óleo). Dados do ONS revelam que os

Risco em baixa

O risco de um racionamento de energia no Brasil, como ocorrido em 2001 e 2002, foi considerado improvável pelo banco norte-americano JP Morgan, em relatório enviado a clientes ontem. Segundo os analistas Gabriel Salas e Pedro Manfredini, a chance de desabastecimento de energia segue inferior a 10%, embora a situação atual de chuvas seja similar à seca observada no início da década passada.

reservatórios no Sudeste estão com 37% da capacidade, enquanto no Nordeste, esse índice chega a 34% e, no Norte e Sul, a 41%.

Chipp disse ainda acreditar que o gasto adicional com as cargas das térmicas pode ser atenuado, uma vez que a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) estuda alternativas para que o consumidor não pague sozinho tal fatura. Essa seria a forma de viabilizar a queda do valor da conta de luz prevista pela renovação antecipada e condicionada das concessões do setor elétrico, com corte de rentabilidade e de encargos, além de aportes federais para cobrir a diferença das empresas estaduais que não

aderiram ao processo conduzido pela presidente Dilma.

Gás à indústria

Na ânsia de acalmar a opinião pública, Lobão descartou ainda a falta de gás natural no mercado doméstico, diante do uso do insumo para abastecer as termelétricas. “Não há a menor possibilidade. Não haverá desabastecimento para a indústria por causa das térmicas a gás que tiveram que ser despachadas”, ressaltou. Segundo ele, o país produz metade dos 90 milhões de metros cúbicos do gás que consome, importa mais 30 milhões da Bolívia e outros 15 milhões na forma de liquefeita (GNL).

Cláudio Sales, presidente do Instituto Acende Brasil, afirmou que a necessidade de manter as termelétricas ativas até abril, ao longo de todo o período chuvoso, revela uma dependência anormal da meteorologia. “O fato é que os reservatórios continuam baixando desde dezembro e o nível médio dos localizados no Sudeste e Centro-Oeste, responsáveis por 70% da geração hidrelétrica, começou o ano em patamar crítico. Trata-se de uma situação indesejável, considerando que a munição do governo para contornar a restrição das hidrelétricas já está sendo toda usada”, observou.

Como o país está recorrendo à energia de usinas térmicas, bem mais caras, para evitar o racionamento, encargo de até 3% terá que ser abatido do desconto médio de 20,2% prometido pela presidente Dilma Rousseff a partir de fevereiro

SÍLVIO RIBAS

O ministro de Minas e Energia, Edison Lobão, e o diretor-geral do Operador Nacional do Sistema, Hermes Chipp, garantem que não haverá desabastecimento no país

Os consumidores poderão ser obrigados a devolver uma parte do desconto médio de 20,2% na conta de luz, promessa que a presidente Dilma Rousseff afirma que cumprirá a partir de fevereiro. Segundo o ministro de Minas e Energia, Edison Lobão, o fato de o país estar sendo abastecido por energia mais cara, fornecida pelas termelétricas, impactará em até 3% as tarifas ao longo de 2014. Essas usinas estão ligadas a todo vapor para suprir as deficiências das hidrelétricas, cujos reservatórios estão vazios, e evitar um racionamento idêntico ao que ocorreu entre 2001 e 2002, durante a administração de Fernando Henrique Cardoso.

Lobão ressaltou, porém, que o custo adicional de 3% nas contas de luz só será confirmado no pior cenário, de chuvas escassas nos próximos meses. “Por enquanto, não sabemos dizer sequer se haverá esse impacto na tarifa. Esperamos

que a atual despesa extra com a geração térmica não seja percebida pelo consumidor", afirmou ele, logo após o término da esperada reunião do Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico (CMSE). "Vamos reduzir as tarifas em todo o país, com a garantia de recursos do Tesouro Nacional", assinalou.

Esse encontro de cúpula do setor, que, no entender do governo, serviu para reduzir a tensão que impera no setor elétrico, foi usado pelo ministro para reafirmar que não "há a menor possibilidade" de o Brasil enfrentar novo racionamento de energia. Lobão garantiu que a reunião não foi convocada emergencialmente, por ser rotineira e ter sido agendada em dezembro. "Nenhuma medida extra foi discutida ou será adotada para assegurar segurança de abastecimento. Não negligenciamos com o passado e nem com o futuro", discursou. "A geração nacional (de energia) vai dobrar em 15 anos", acrescentou.

Apesar da desconfiança dos agentes econômicos, o Operador Nacional do Sistema (ONS) aposta numa melhora do quadro geral do setor energético, com uma evolução favorável da hidrologia a partir do fim de janeiro, o que evitaria a necessidade de manter todas as térmicas funcionando até o fim do ano e anularia os prováveis efeitos negativos sobre as tarifas. O diretor-geral do órgão, Hermes Chipp, estimou que os gastos inesperados no cenário extremo pesariam de 2% a 3% no valor final cobrado dos consumidores.

Contra essa possibilidade, Chipp apontou a expectativa da entrada em operação de novas hidrelétricas e térmicas até março e os ganhos para os reservatórios com a própria atividade das termelétricas. "Temos a usina a carvão da MPX, em Pecém, a da Petrobras em Suape e as unidades de Maranhão IV e V", listou. Segundo ele, à medida que o nível dos reservatórios for sendo recomposto, as térmicas de reforço serão desligadas gradualmente, começando pelas que usam combustível mais caro (óleo). Dados do ONS revelam que os reservatórios no Sudeste estão com 37% da capacidade, enquanto no Nordeste, esse índice chega a 34% e, no Norte e Sul, a 41%.

Chipp disse ainda acreditar que o gasto adicional com as cargas das térmicas pode ser atenuado, uma vez que a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) estuda alternativas para que o consumidor não pague sozinho tal fatura. Essa seria a forma de viabilizar a queda do valor da conta de luz prevista pela renovação antecipada e condicionada das concessões do setor elétrico, com corte de rentabilidade e de encargos, além de aportes federais para cobrir a diferença das empresas estaduais que não aderiram ao processo conduzido pela presidente Dilma.

Gás à indústria

Na ânsia de acalmar a opinião pública, Lobão descartou ainda a falta de gás natural no mercado doméstico, diante do uso do insumo para abastecer as termelétricas. "Não há a menor possibilidade. Não haverá desabastecimento para a indústria por causa das térmicas a gás que tiveram que ser despachadas", ressaltou. Segundo ele, o país produz metade dos 90 milhões de metros cúbicos do gás que consome, importa mais 30 milhões da Bolívia e outros 15 milhões na forma de liquefeita (GNL).

Claudio Sales, presidente do Instituto Acende Brasil, afirmou que a necessidade de manter as termelétricas ativas até abril, ao longo de todo o período chuvoso, revela uma dependência anormal da meteorologia. "O fato é que os reservatórios continuam baixando desde dezembro e o nível médio dos localizados no Sudeste e Centro-Oeste, responsáveis por 70% da geração hidrelétrica, começou o ano em patamar crítico. Trata-se de uma situação indesejável, considerando que a munição do governo para contornar a restrição das hidrelétricas já está sendo toda usada", observou.

Risco em baixa

O risco de um racionamento de energia no Brasil, como ocorrido em 2001 e 2002, foi considerado improvável pelo banco norte-americano JP Morgan, em relatório enviado a clientes ontem. Segundo os analistas Gabriel Salas e Pedro Manfredini, a chance de desabastecimento de energia segue inferior a 10%, embora a situação atual de chuvas seja similar à seca observada no início da década passada.